

#### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

#### EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMJ/012/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMJ/021/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMJ/003/2018

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

ITEM EXCLUSIVO PARA ME E EPP

REF: "Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços de FACILITADOR/REALIZADOR DE OFICINAS, para atuarem junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referenciados ao CRAS, em atendimento ao PAIF".

O Prefeito Municipal de Jeceaba, Estado de Minas Gerais, torna público que se acha aberta nesta Prefeitura, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para a Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços de **FACILITADOR/REALIZADOR DE OFICINAS**, para atuarem junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referenciados ao CRAS, em atendimento ao PAIF, que será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observando o contido neste edital e seus anexos.

Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados na Prefeitura Municipal de Jeceaba, no horário de 09 às 11:30 e 13:30 ás 17 horas e através do telefone (31) 3735-1275 (ramal 210).

Fazem parte integrante deste Edital os seus Anexos:

- a) Anexo I Termo de Referência;
- b) Anexo II Modelo de Carta de Credenciamento;
- c) **Anexo III** Modelo de Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- d) Anexo IV Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;
- e) Anexo V Modelo de Proposta;



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- f) Anexo VI Minuta de Contrato;
- g) Anexo VII- Planilha de Quantitativos e Preços Unitários

A Pregoeira receberá os envelopes de habilitação, de propostas e o credenciamento de **09:00 às 09:30 horas do dia 20 de abril de 2018** e a Sessão de Disputa terá início no mesmo dia, a partir de **09:35 horas**, na Sala de Licitações situada no Edifício-sede da Prefeitura Municipal de Jeceaba, na Praça Dagmar de Souza Lobo, s/n.º, Centro. Caso a sessão não seja finalizada, ela recomeçará no primeiro dia útil em que haja expediente, no mesmo horário e local.

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente certame é contratação de pessoa jurídica para prestar serviços de FACILITADOR/REALIZADOR DE OFICINAS, para atuarem junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referenciados ao CRAS, em atendimento ao PAIF, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I deste Edital denominado TERMO DE REFERÊNCIA.
- **1.2.** As licitantes deverão apresentar a proposta com preço unitário em Reais. No valor unitário deverá estar incluídas a carga tributária e todas as despesas incidentes, que correrão à conta do licitante.

#### 2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- **2.1.** Poderão participar do certame todos os interessados da atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições constantes neste edital e não apresentarem nenhum impedimento, para os itens com valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a participação é restrita às ME´s e EPP´s salvo na ocorrência das hipóteses do art. 49 da LC 123/06.
- 2.2. Não se admitirá nesta licitação a participação de:
  - a) Empresas que não atenderem às condições deste edital;



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- b) Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com o poder público no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta;
- c) Pessoas jurídicas das quais participem, como sócio, gerente e diretores os servidores do Município de Jeceaba;
- d) O objeto social que não seja compatível com o objeto desta licitação.
- **2.2.1.** Empresas reunidas em consórcio deverão atender ao que prescreve o artigo 33 da Lei 8.666/93.

#### 3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- **3.1.** Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste pregão, devendo protocolizar o pedido no setor de protocolo, situado no prédio sede da Prefeitura Municipal cabendo a pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 03 (três) dias úteis.
  - **3.1.1.** Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório e a proposta seja alterada, será designada nova data para a realização do certame.
- **3.2.** Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até no dia consignado no item 3.1, deste edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- **3.3.** A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

## 4. DA PARTICIPAÇÃO



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **4.1.** A participação nesta licitação é restrita às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e que apresentem a documentação solicitada no local, dia e horário informados no preâmbulo deste Edital.
  - **4.1.1.** Consideram-se Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) aptos à participação no presente certame, aqueles que preenchem os requisitos do art. 9°, da Lei Complementar Municipal n°. 096/2010 e art. 3.°, da Lei Complementar Federal n.° 123/2006.
- 4.2. Não poderão participar da presente licitação as empresas que:
  - **I.** Encontrarem-se em situação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País;
  - II. Estiverem suspensas para licitar e contratar com o Município de Jeceaba;
  - **III.** Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;
  - **IV.** Possuam como diretores, responsáveis técnicos ou sócios, servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado na Administração Pública do Município de Jeceaba;
  - V. Estejam constituídas sob a forma de consórcio;
  - VI. Encontrem-se sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas:
  - **VII.** Não se enquadrem na condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do art. 9°, da Lei Complementar Municipal n°. 096/2010 e art. 3.°, da Lei Complementar Federal n.° 123/2006.
- **4.3.** É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.
- **4.4.** Cada licitante apresentará uma só proposta, de acordo com as exigências deste Edital.
- **4.5.** O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.
- 4.6. A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **4.7.** A participação em licitação expressamente reservada à Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame.
- **4.8.** A observância das vedações é de responsabilidade da licitante, que por seu descumprimento, se sujeita às sanções cabíveis.
- **4.9.** É permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, observado o que prescreve o artigo 33 da Lei 8.666/93.

#### 5. DO CREDENCIAMENTO

- **5.1.** Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
  - a) Carta de Credenciamento **ANEXO II** e Declaração de Atendimento às Condições de Habilitação, conforme **ANEXO IV**;
  - **b)** Tratando-se de representante legal, o instrumento de constituição da empresa registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
  - c) Tratando-se de procurador, além dos documentos elencados na alínea "b", a procuração da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do documento que comprove os poderes do outorgante para a outorga.
- **5.2.** O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação.
- **5.3.** A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte o enquadramento deverá ser comprovado por meio de Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial.
- **5.4.** A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, sem autorização da Pregoeira, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada.

#### 6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO

- **6.1.** A licitante deverá apresentar em envelopes separados:
  - **I.** Proposta em envelope fechado e indevassável, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:



#### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

MUNICÍPIO DE JECEABA – MG
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMJ/012/2018
LICITANTE:
ENVELOPE "A" (PROPOSTA DE PREÇO)

**II.** Documentos para habilitação, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE JECEABA – MG PREGÃO PRESENCIAL № PMJ/012/2018 LICITANTE:.....

**ENVELOPE "B" (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)** 

- **6.2.** A proposta deverá ser digitada, redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.
- **6.3.** Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pela Pregoeira ou por membro da Equipe de Apoio ou, ainda, por documento extraído eletronicamente via Internet.
- **6.4.** A declaração prevista no item 5.1, alínea "a", é condição indispensável para recebimento dos envelopes de propostas e habilitação e consequente participação no certame, devendo a Pregoeira devolve-los ao licitante e registrar o fato em ata, na hipótese de inabilitação.

#### 7. DA PROPOSTA

- **7.1.** A proposta de preço, em modelo padrão de acordo com o Anexo V deste Edital, deverá conter os seguintes elementos:
  - I. Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual da licitante;
  - II. Número do processo licitatório e do Pregão;
  - III. Descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com o Anexo I deste Edital;



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **IV.** Preço unitário e total por item, em moeda corrente nacional, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- **V.** Marca do produto;
- VI. Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, sendo considerado este o prazo no caso de inexistir a menção na proposta do licitante;
- **7.2.** A proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal ou procurador devidamente constituído, devendo ser apresentada em uma única via.
- **7.3.** Caso a proposta não esteja assinada e estando presente o representante legal ou procurador da licitante, será permitida a assinatura na mesma, validando-a.
- **7.4.** Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as demais despesas relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
- 7.5. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista no Anexo I deste Edital.

#### 8. DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

**8.1.** O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

#### I - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- **b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- **e)** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

f) Certidão da Junta Comercial, comprovando o enquadramento como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.

#### II - REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no CNPJ;
- **b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão de regularidade de situação com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- d) Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União
- e) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS;
- f) Certidão de Regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- **g)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

#### III - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou concordata ou certidão insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, eletronicamente nos termos do caput do art. 8° da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça na Comarca responsável do licitante.

## IV - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração subscrita pelo representante legal da licitante, de que não está infringindo o disposto no inciso XXXIII do art. 7°, da Constituição Federal, conforme Anexo III deste Edital;
- **b)** Declaração subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de fatos impeditivos para a sua participação em processos licitatórios promovidos pelo município de Jeceaba, conforme **Anexo IV** deste Edital.



#### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

#### V - COMPROVAÇÕES TÉCNICAS

- a) Comprovação de aptidão (Atestado de Capacidade Técnica) para o desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos semelhantes com o objeto da licitação, que se comprovará por meio de pelo menos um atestado de capacidade técnica-operacional do profissional, de no mínimo 2 (dois) anos na realização de Oficinas ou GCFV Grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em CRAS Centro de Referência e Fortalecimento de Vínculos, demonstrando onde os serviços foram executados e que comprove que cada referido profissional tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços voltados para a área social de características técnicas similares, semelhantes ou superiores à do objeto desta licitação, observando as atividades descritas de cada item;
- **b)** Considera-se semelhante a prestação de serviços cujas características sejam aproximadas ao objeto do presente certame;
- c) O atestado de Capacidade Técnica poderá se constituir de mais de um atestado, de pessoas jurídicas distintas, desde que demonstrada a prestação dos serviços em conformidade com o Termo de Referência pela empresa licitante;
- e) Comprovação da existência em quadro permanente da licitante, na data da licitação, dos profissionais que irão realizar as atividades objeto desta licitação;
- f) O vínculo será comprovado mediante apresentação de cópia autenticada da página da CTPS onde constar o vínculo empregatício ou ficha de registro de empregado, com o respectivo carimbo do Ministério do trabalho ou ainda por meio de contrato de prestação de serviços ou outro meio equivalente nos termos da Lei;



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- g) O vínculo de dirigente de empresa será feito através da cópia da ata de eleição ou do contrato social e/ou última alteração, conforme o caso, declaratório de sua investidura no cargo.
- h) Apresentar Comprovante de Graduação na área de Artes Cênicas/Teatro do profissional indicado para o item 01 e Curso de Violão para o item 02, conforme especificação do Anexo I.

#### 8.2. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- **8.2.1.** Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" do inciso I, "HABILITAÇÃO JURÍDICA" não precisarão constar do envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.
- **8.2.2.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- **8.2.3.** Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, ou em cópia simples, a ser autenticada pela Pregoeira/Equipe de Apoio, mediante conferência com os originais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.
- **8.2.4.** A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

# 9. DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

- **9.1.** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (certidões positivas e vencidas).
- **9.2.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, cujo termo inicial corresponderá



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

- **9.3.** A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- **9.4.** Caso a empresa licitante pretenda efetuar o fornecimento objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz ou filial), deverá apresentar, desde logo, o CNPJ desse estabelecimento para consulta da empresa, que também deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome desse estabelecimento.
- **9.5.** As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 90 dias contados da data da abertura da sessão pública.
- **9.6**. A Pregoeira ou a Equipe de Apoio poderá diligenciar, efetuando consulta direta na Internet, para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

#### 10. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- **10.1**. No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento deste Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 20 (vinte) minutos.
- **10.2**. Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e não serão admitidos novos participantes no certame.
- **10.3**. A análise das propostas pela Pregoeira visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificados os itens das propostas que:
  - a) Apresentarem quantidades divergentes do Anexo I;
  - b) Não contiverem o valor unitário do item;
- **10.4**. Nos casos de divergência entre valores unitário e global, prevalecerá o preço unitário;
- **10.5**. Não será admitida proposta que possua valores unitários com mais de duas casas decimais, sendo desprezada a terceira para fins de julgamento;



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **10.6**. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes;
- **10.7**. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
  - a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
  - **b)** não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três);
  - c) no caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes;
- **10.8**. Para efeito de seleção será considerado o preço unitário do item.
- **10.9**. A Pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- **10.10**. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- **10.11**. A aplicação do valor do lance incidirá sobre o preço unitário do item.
- **10.12**. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa desistir da formulação de lances.
- **10.13**. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado;
- **10.14**. A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, com vistas à redução do preço;
- **10.15**. Após a negociação, se houver, a Pregoeira examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito;



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **10.16**. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento;
- **10.17**. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor;
- **10.18**. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
- a) substituição e apresentação de documentos;
- b) verificação de informações por meio eletrônico.
- **10.19**. A verificação de informações será certificada pela Pregoeira e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- **10.20**. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação.
- **10.21**. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- **10.22**. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- **10.23.** Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- **10.24.** Na hipótese da primeira colocada, caracterizada como microempresa, ou empresa de pequeno porte, ou microempreendedor individual apresentar alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Equipe de Pregão, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

**10.25.** A não regularização da documentação no prazo previsto no inciso anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

#### 11. DO RECURSO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

- **11.1**. No final da sessão, o representante da licitante que desejar recorrer, deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção de fazê-lo, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;
- 11.2. A ausência de manifestação do representante da licitante importará:
  - a) A decadência do direito de recurso;
  - b) A adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira à licitante vencedora;
  - c) O encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- **11.3**. Interposto o recurso, a Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente;
- **11.4**. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora;
- **11.5**. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 11.6. Não será procedida a adjudicação do objeto e respectiva homologação, caso sejam registradas quaisquer das hipóteses do art. 49 da LC 123/06.

## 12. DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

**12.1**. A empresa vencedora deverá retirar a Nota de Empenho quando convocada, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **12.2-** Os serviços objeto desta licitação serão executados junto ao CRAS Centro de Referência de Assistência Social, localizado na Rua Maria Eduarda de Resende s/n, centro, Jeceaba, pertencente à Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Jeceaba.
- **12.3-** O prazo para execução do contrato é de aproximadamente 8 (oito) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.
- **12.4.** A vigência do contrato a ser celebrado entre as partes com base neste certame, relativamente à prestação dos serviços, objeto desta licitação, será de 8 (oito) meses, ficando adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, podendo a duração ser estendida pelo prazo de até 60 (sessenta) meses após o início da sua vigência, por meio de termo aditivo, conforme previsão contida no artigo 57, Inciso II da Lei 8.666/93.
- 12.5. Fica a empresa vencedora, quando assim couber, ciente da obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Opção pelo Simples. A Declaração deverá ser emitida e assinada pelo Representante Legal da empresa, a ser apresentada juntamente com a Nota Fiscal, esclarecendo esta Prefeitura que a não apresentação do documento em questão ocasionará o desconto no pagamento devido as empresas do valor referente ao encargo legal. O Termo de Opção pelo Simples será consultado pela Tesouraria Municipal no ato da liberação do pagamento da nota fiscal.

## 13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO 13.1. DO PRAZO DE PAGAMENTO

- **13.1.2**. Os pagamentos serão realizados no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada por quem de direito e mediante atestado, emitido pelo setor competente, comprovando que a licitante vencedora cumpriu todas as condições pactuadas;
- **13.1.3.** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ficará prorrogado pelo prazo que durar o saneamento das incorreções;
- **13.1.4**. O pagamento será feito mediante crédito na conta bancária indicada pela licitante adjudicatária.



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

#### 14. SUBSTITUIÇÃO DO TERMO DE CONTRATO

- **14.1.** As obrigações, decorrentes deste PREGÃO, consubstanciar-se-ão na nota de empenho..
- **14.2.** O prazo para a retirada da nota de empenho será de 03 (três) dias úteis, contados da convocação da adjudicatária, ocasião em que, se necessário, deverão ser: atualizadas a certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social CND e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços FGTS.
- **14.3.** A critério da administração, o prazo para retirada da nota de empenho poderá ser prorrogado uma vez, desde que haja tempestiva e formal solicitação do adjudicatário.

#### 15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A aquisição em questão correrá à conta da seguinte dotação: 02009004 082440607 2.076 3.3.90.39.00 Ficha 00440.

#### 16. DAS SANÇÕES

- **16.1**. Pela inexecução total ou parcial do objeto pela Contratada, a Administração Municipal poderá aplicar-lhe as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:
  - **16.1.1-** advertência;
  - **16.1.2-** multa, nos seguintes percentuais, aplicáveis na ocorrência de descumprimento das cláusulas contratuais, conforme a seguir:
    - **16.1.2.1.** multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculado sobre o valor global do contrato, por ocorrência;



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **16.1.2.2.** multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;
- **16.1.2.3.** multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese da contratada, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento deste contrato;
- **16.2.** O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos devidos pelo Município à Contratada.
- **16.3.**Todas as multas poderão ser aplicadas cumulativamente na ocorrência das hipóteses que permitam a sua aplicação.
- **16.4.** Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos a licitante contratada responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.
- **16.5.** As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a licitante Contratada a ser acionada judicialmente para responder pela reponsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Município, decorrentes das infrações cometidas.
- **16.6.** O valor da multa aplicada à licitante contratada, respeitando o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor do Município de Jeceaba, ficando a licitante contratada obrigada a comprovar o pagamento mediante a apresentação de cópia do recibo efetuado.
- **16.7.** Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês ou fração, inclusive referente ao mês da quitação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **16.8.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal por prazo de até 02 (dois) anos.
- **16.9.** A aplicação das penalidades previstas neste item é de competência exclusiva da Secretária Municipal de Assistência Social.
- **16.10.** O contratado deverá manter, durante todo o fornecimento, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93), sob pena de se lhe aplicar, cumulativamente:
  - a) Multa no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos termos do art. 87, II da Lei nº 8.666/93.
  - b) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração, nos termos do art. 80, IV da Lei nº 8.666/93.

#### 17. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNÇÃO

- **17.1**. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e providências ou impugnar este Edital;
- **17.2**. A petição, convenientemente fundamentada, será dirigida à autoridade subscritora deste instrumento, que decidirá no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para recebimento das propostas;
- **17.3**. Será indeferida de plano a petição infundada, que tenha por finalidade apenas procrastinar o certame;
- 17.4. Acolhida a petição, será designada nova data para a realização do certame.

#### 18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **18.1**. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação;
- **18.2**. Das sessões públicas de processamento deste Pregão serão lavradas atas, que serão assinadas pela Pregoeira e pelos representantes presentes;
- 18.3. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas serão registradas na própria ata;



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **18.4**. Os documentos de habilitação, cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricados pela Pregoeira e pelos representantes presentes;
- 18.5. O resultado deste certame será divulgado via Internet no site www.jeceaba.mg.gov.br;
- **18.6**. Os demais atos atinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no mesmo endereço eletrônico acima referenciado;
- **18.7**. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das licitantes não adjudicatárias ficarão à disposição para retirada no Setor de Licitações e Contratos, pelo prazo de dez dias úteis, após a celebração do contrato;
- **18.8**. Expirado o prazo estabelecido no subitem anterior, o Setor de Compras dará a destinação que lhe convier aos documentos, sem qualquer indenização à licitante;
- **18.9**. A licitante adjudicatária que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o município de Jeceaba e será descredenciada no cadastro de fornecedores pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais;
- **18.10.** Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira;
- **18.11.** Não havendo possibilidade de pregoar todos os itens em um único dia, a sessão pública será encerrada e iniciada no mesmo horário e local, no dia útil seguinte;
- **18.12**. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Entre Rios de Minas, MG.

Jeceaba, 02 de abril de 2018.

Fábio Vasconcelos Prefeito de Jeceaba



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

#### ANEXO I - TERMO DE REFRÊNCIA

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Assistência Social

#### 1 - OBJETO

Esta licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FACILITADOR/REALIZADOR DE OFICINAS, para atuarem junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referenciados ao CRAS, em atendimento ao PAIF, em um projeto integrado de promoção à qualidade de vida aos munícipes de Jeceaba.

#### 2 - JUSTIFICATIVA

2.1 – A contratação é necessária para atendimento das diretrizes definidas pela Administração Municipal através de propostas da Conferência Municipal de Assistência Social, especialmente na promoção do desenvolvimento ininterrupto do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dos beneficiários do CRAS, inserindo no contexto das oficinas temas importantes como: convivência e vínculos, auto-estima, identidade e criatividade, crescimento saudável, valores, limites, equilíbrio emocional, responsabilidades, autonomia, profissões, entre outros. Público alvo: crianças, adolescentes, adultos, idosos e beneficiários do BF e BPC – Benefício de Prestação Continuada, que fazem parte do PAIF – Programa de Atenção Integral à Família, do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

#### 3 - ESPECIFICAÇÃO

**3.1** - Os serviços a serem adquiridos deverão guardar perfeita compatibilização com as especificações e quantidades abaixo discriminadas:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade (08 MESES)	Especificação
01	Oficina de Teatro Narração de Histórias	HORAS/ AULA (90 MINUTOS CADA)	72	Prestação de Serviços de Facilitador/Realizador de Oficinas de Teatro e Narração de Histórias, total 8 oficinas por mês, distribuídas em 2 turmas de 15 alunos cada (crianças, adolescentes e idosos). 30 vagas.
02	Oficinas de Violão	HORAS/ AULA (90 MINUTOS CADA)	108	Prestação de Serviços de Facilitador/Realizador de Oficina de Violão, a qual deverá ser dividida em 12 oficinas por mês, distribuídas em 3 turmas de 10 alunos cada (infantil, adolescentes, adultos). 30 vagas



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

#### 3.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

#### 3.2.1 - COMPROVAÇÃO DE FORMAÇÃO

OFICINA TEATRO: GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS E/OU TEATRO

OFICINA DE VIOLÃO: CURSO DE VIOLÃO.

#### 3.2.2 - COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

Comprovação específico através de atestado de capacidade técnica de, no mínimo, 2 (dois) anos na realização de Oficinas ou GCFV - Grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em CRAS - Centro de Referência e Fortalecimento de Vínculos.

**4 -** Todos os serviços licitados deverão ser de primeira qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), as contidas nas normas de segurança e legislação correlata.

SARAHY FERNANDES COELHO DINIZ
COORDENADORA CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MAIZA LÚCIA ROCHA MOREIRA E DUTRA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

FÁBIO VASCONCELOS

PREFEITO MUNICIPAL DE JECEABA – ADM 2017/2020



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

#### ANEXO II - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pelo	presente	ins	strumento,		credencia	mos		o(a)
Sr.(a)				,	portador(a	a) da	Cédula	de
Identidade n.º			, inscrito n	o CPF s	ob o nº			,
como represen	tante da empre	sa						,
inscrita no CNF	PJ sob o nº		, pa	ra partici	par da licita	ação in	staurada	pela
Prefeitura Mur	nicipal de Jec	eaba, na	modalidade	Pregão	Presencia	al nº (	)12/2018,	na
qualidade de re	epresentante le	gal, outorg	ando-lhe ple	nos pode	eres para p	ronunci	ar-se em	seu
nome, bem o	como formular	proposta	comercial,	efetuar	lances, a	ssinar	documer	ntos,
manifestar-se	em nome da e	mpresa, re	equerer vista	a de doc	cumentos e	propo	stas, inte	rpor
recurso e prat	icar todos os a	atos inerer	ntes ao certa	ame, a o	que tudo d	aremos	s por firm	е е
valioso.								
Assinatura:								
Nome legível: _								
Cargo:								
Carimbo CNPJ	:							

Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário. O licitante apresentará no ato do credenciamento o modelo acima fora dos Envelopes.



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

# ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7°, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

#### DECLARAÇÃO

(Razão Social do LICITANTE), inscrita no CNPJ sob o nº, sediada
na (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no
inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no
artigo 1°, da Lei n° 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de
empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como
em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14
anos.
Local, de de 2018.
(Nome e assinatura do Declarante)

Carimbo de CNPJ da empresa



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

# ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

#### DECLARAÇÃO

A empresa ...., inscrita no CNPJ sob o nº ..., situada na ....., por intermédio de seu representante

legal, o Sr. ....., abaixo assinado, DECLARA:

1º) que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a sua habilitação para participar do procedimento licitatório, Pregão ...., conforme prescreve o inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e não se enquadra em nenhum dos dispositivos da Lei nº 8.666/93 em função dos quais estaria impedida de licitar ou de contratar com a Administração Pública, estando ciente das penalidades aplicáveis nos casos de descumprimento;

**2º)** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC 123/2006 e que não incorre em quaisquer impedimentos legais para usufruir dos benefícios dos artigos 42 a 49 da LC 123/2006:

**3º)** que não existe nenhum dos impedimentos para que a mesma se beneficie do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, especificamente em relação aos incisos I a X, § 4º, artigo 3º da referida Lei, conforme modelo Anexo.

Cidade.....

Assinatura...

(Carimbo de CNPJ da empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue no ato do Credenciamento



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

#### ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa	(Razão Social do LIC	ITANTE	=)	, insc	crita no CNPJ	sob o $n^{\circ}$
	, sediada	na		_(endereço	completo),	telefone
()	, vem, apresentar propo	osta de	preços r	no processo	de licitação ep	oigrafado,
conforme a planilh	a seguinte.					
Nos preços apres	sentados, estão incluído	s todos	os enca	argos, como	transporte de	qualquer
natureza, carga e	descarga, encargos trab	alhistas	s, previde	enciários, fisc	ais, comerciais	s, tributos
e outros.						
Indica, na oportun	idade, como representar	nte para	ı assinatı	ıra e acompa	anhamento da	execução
do contrato que po	ossa vir a ser firmado co	m o Mu	unicípio, d	Sr	, portador da	a Carteira
de Identidade nº	, CPF nº	, ende	reço			

Item	Descrição	Unid.	Quant. (08 MESES)	Especificação	Preço Unit.	Valor Total
01	Oficina de Teatro Narração de Histórias	HORAS/ AULA (90 MINUTO CADA)	144	Prestação de Serviços de Facilitador/Realizador de Oficinas de Teatro e Narração de Histórias, total 08 oficinas por mês, distribuídas em 2 turmas de 15 alunos cada (crianças, adolescentes e idosos). 60 vagas		
02	Oficinas de Violão	HORAS/ AULA (90 MINUTOS CADA)	108	Prestação de Serviços de Facilitador/Realizador de Oficina de Violão, a qual deverá ser dividida em 12 oficinas por mês, distribuídas em 3 turmas de 10 alunos cada (infantil, adolescentes, adultos). 30 vagas		

A presente proposta tem prazo de validade de 60 dias a contar da data da entrega das propostas, excluídos os prazos recursais previstos na legislação em vigor.

Local/ data. Assinatura do representante legal da empresa Carimbo de CNPJ



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

#### ANEXO VI - PREGÃO PRESENCIAL Nº PMJ/012/2018 MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO

Processo ADM nº /2018 Contrato nº /2018 Pregão nº /2018

O Município de Jeceaba, por sua Prefeitura sediada na Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº,
centro, Jeceaba, Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o $n^{\underline{o}}$ 20.356.739/0001-48, neste ato
representado pelo Prefeito Municipal senhor Fábio Vasconcelos, doravante denominado
CONTRATANTE e a empresa, sediada na cidade de, MG.,
com endereço à Rua/Av bairro, inscrita no CNPJ sob o
$n^{\underline{o}}$ , representada, neste instrumento, por, doravante denominada
simplesmente CONTRATADA, celebram o presente contrato de compromisso da aquisição
de material escolar para escolas da rede municipal de ensino, mediante as seguintes
cláusulas e condições:
PRIMEIRA DO ORJETO
PRIMEIRA - DO OBJETO
Constitui objeto do presente Contrato o compromisso para prestar serviços de
FACILITADOR/REALIZADOR DE OFICINAS, para atuarem junto à Secretaria Municipal
de Assistência Social, referenciados ao CRAS, em atendimento ao PAIF, de acordo com
o Termo de Homologação e Adjudicação do Pregão Presencial nº 012/2018, que faz parte
deste instrumento.
SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES
São partes indissociáveis deste Contrato, independentemente de transcrição, o Edital de
Pregão Presencial nº 012/2018 e os seus Anexos.
ŭ
TERCEIRA - DO VALOR
TERCEIRA - DO VALOR  O valor deste contrato é estimado em R\$().

**4.1. DO PRAZO DE PAGAMENTO** 



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **4.1.1**. Os pagamentos serão realizados no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada por quem de direito e mediante atestado, emitido pelo setor competente, comprovando que a licitante vencedora cumpriu todas as condições pactuadas;
- **4.1.2.** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ficará prorrogado pelo prazo que durar o saneamento das incorreções;
- **4.1.3.** O pagamento será feito mediante crédito na conta bancária indicada pela licitante adjudicatária ou cheque nominal;

#### **QUINTA - DO PRAZO**

O presente CONTRATO terá vigência de 08 (oito) meses a partir da data de sua assinatura.

#### SEXTA - DOS PROCEDIMENTOS PARA RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- **6.1**. A empresa vencedora deverá retirar a Nota de Empenho quando convocada, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- **6.2-** Os serviços objeto desta licitação serão executados junto ao CRAS Centro de Referência de Assistência Social, localizado na Rua Maria Eduarda de Resende s/n, centro, Jeceaba, pertencente à Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Jeceaba.
- **6.3-** O prazo para execução do contrato é de aproximadamente 8 (oito) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.
- **6.4.** A vigência do contrato a ser celebrado entre as partes com base neste certame, relativamente à prestação dos serviços, objeto desta licitação, será de 8 (oito) meses, ficando adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, podendo a duração ser estendida pelo prazo de até 60 (sessenta) meses após o início da sua vigência, por meio de termo aditivo, conforme previsão contida no artigo 57, Inciso II da Lei 8.666/93.



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **6.5.** Fica a empresa vencedora, quando assim couber, ciente da obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Opção pelo Simples. A Declaração deverá ser emitida e assinada pelo Representante Legal da empresa, a ser apresentada juntamente com a Nota Fiscal, esclarecendo esta Prefeitura que a não apresentação do documento em questão ocasionará o desconto no pagamento devido as empresas do valor referente ao encargo legal. O Termo de Opção pelo Simples será consultado pela Tesouraria Municipal no ato da liberação do pagamento da nota fiscal.
- **6.6.** Correrá por conta da licitante adjudicatária todas as despesas decorrentes da execuação do contrato.
- **6.7.** Por ocasião da entrega, a (as) fatura (s) ou documento fiscal, será obrigatoriamente emitido pela mesma razão social, inclusive o CNPJ do constante da documentação de regularidade fiscal apresentada na habilitação e no contrato firmado.

#### SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **7.1.** Manter-se durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, relativamente às condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação, sob pena de suspensão dos pagamentos.
- **7.2.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto no prazo, quantidades e qualidades exigidas, realizando a execução do serviço em conformidade com a proposta apresentada e de acordo com as demandas da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade do serviço;
- **7.3.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, durante o período contratado;
- **7.4.** Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, que venha a prejudicar a execução do contrato, e, prestar os esclarecimentos julgados necessários:



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- I. Comunicar a CONTRATANTE de eventuais casos fortuitos ou de força maior, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a verificação do fato e apresentar os documentos para respectiva aprovação, no mesmo prazo, sob pena de não serem considerados;
- **II.** Fornecer serviço de qualidade, de acordo com as especificações e normas vigentes. Não serão aceitos, em hipótese alguma, serviços fora das normas permitidas por lei;
- III. Responder por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da municipal durante a execução do serviço, seja decorrente por ação ou omissão de seus empregados, devendo reparar às suas custas os mesmos, sem que lhe caiba indenização alguma por parte do Município.
- IV. Não transferir, no todo ou em parte, a execução do serviço;
- V. Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade na execução do serviço;
- VI. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações previstos na legislação decorrente do fornecimento do objeto, obrigando-se a saldá-los na época devida, não podendo haver transferência de débitos de responsabilidade da Contratada à Contratante.
- VII. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho de alguma atividade pertinente ao fornecimento dos, materiais.

#### 8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **8.1**. Requisitar, por meio de Ordem de Serviço, a prestação dos serviços, conforme as necessidades da Secretaria Requisitante..
- **8.2.** Conferir a execução do serviço, mesmo sendo a licitante vencedora a única e exclusiva responsável pelos itens nas condições especificadas.
- **8.3.** Proporcionar condições à licitante vencedora a execução dos serviços contratados dentro das normas estabelecidas.
- **8.4.** Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade na prestação dos serviços e interromper imediatamente o execução, se for o caso.



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **8.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora.
- **8.6.** Impedir que terceiros forneçam/executem o objeto deste edital.
- 8.7. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.
- **8.8.** Efetuar o pagamento à licitante vencedora por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada do correspondente atestado de entrega.

#### NONA - DA REVISÃO DE PREÇOS

- **9.1** Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado.
- 9.1.1 Não haverá reajuste de preços.
- **9.1.2** As hipóteses excepcionais de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

#### **DÉCIMA - DAS SANÇÕES**

- **10.1** Pela inexecução total ou parcial do objeto pela Contratada, a Administração Municipal poderá aplicar-lhe as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:
  - 10.1.1- advertência;
  - **10.1.2-** multa, nos seguintes percentuais, aplicáveis na ocorrência de descumprimento das cláusulas contratuais, conforme a seguir:
- **10.1.2.1–** multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30° (trigésimo) dia, calculado sobre o valor global do contrato, por ocorrência;



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **10.1.2.2–** multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;
- **10.1.2.3** multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese da contratada, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento deste contrato;
  - **10.2-** O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos devidos pelo Município à Contratada.
  - **10.3-**Todas as multas poderão ser aplicadas cumulativamente na ocorrência das hipóteses que permitam a sua aplicação.
  - **10.4-** Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos a licitante contratada responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.
  - **10.5-** As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a licitante Contratada a ser acionada judicialmente para responder pela reponsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Município, decorrentes das infrações cometidas.
  - **10.6-** O valor da multa aplicada à licitante contratada, respeitando o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor do Município de Jeceaba, ficando a licitante contratada obrigada a comprovar o pagamento mediante a apresentação de cópia do recibo efetuado.
  - **10.7-** Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês ou fração, inclusive referente ao mês da quitação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **10.8-** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal por prazo de até 02 (dois) anos.
- **10.9 -** A aplicação das penalidades previstas neste item é de competência exclusiva da Secretária Municipal de Assistência Social.
- **10.10-.** O contratado deverá manter, durante todo o fornecimento, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93), sob pena de se lhe aplicar, cumulativamente:
  - a) Multa no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos termos do art. 87, II da Lei nº 8.666/93.
  - b) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração, nos termos do art. 80, IV da Lei nº 8.666/93.
- **10.11.** Na aplicação das penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade, que também são de competência do Prefeito, é facultada a defesa da CONTRATADA no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias contados da abertura de vista;
- **10.12.** O valor das multas aplicadas será deduzido do crédito que a CONTRATADA possuir junto ao CONTRATANTE, se não houver recurso ou se o mesmo estiver definitivamente denegado.

#### DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO

Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à CONTRATADA, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante, conforme § 2º, art. 79 da Lei 8.666/93.

## DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação do orçamento do **CONTRATANTE**: 02009004 082440607 2.076 3.3.90.39.00 Ficha 00440.

#### DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **13.1.** A CONTRATADA fica obrigada a, durante a vigência deste contrato, atender a todas as ordem de serviço, não se admitindo a procrastinação da execução, a que título for, salvo casos fortuitos ou de força maior que independam da sua vontade.
- **13.2.** Este contrato rege-se pelos preceitos de direito público, em especial as disposições da Lei 8.666/93, aplicando-se lhe, ainda, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- **14.6.** A publicação da síntese deste contrato na Imprensa Oficial será providenciada pelo CONTRATANTE.
- **14.7.** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contratado.
- **14.8**. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará de forma alguma em alteração contratual ou novação.

#### DÉCIMA QUARTA - DO FÔRO

Jeceaba. .....

É competente para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento o foro da Comarca de Entre Rios de Minas, MG.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

Prefeitura Municipal de Jeceaba Contratante	
Contratado	
Testemunhas:	



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

#### Anexo VII - Planilha de Quantitativos e Preços Unitários

Item	Descrição	Unid.	Quant. (08 MESES)	Especificação	Preço Unit.	Valor Total		
01	Oficina de Teatro Narração de Histórias	HORAS/ AULA (90 MINUTO CADA)	72	Prestação de Serviços de Facilitador/Realizador de Oficinas de Teatro e Narração de Histórias, total 08 oficinas por mês, distribuídas em 02 turmas de 15 alunos cada (crianças, adolescentes e idosos). 60 vagas	R\$ 286,67	R\$ 20.640,24		
02	Oficinas de Violão	HORAS/ AULA (90 MINUTOS CADA)	108	Prestação de Serviços de Facilitador/Realizador de Oficina de Violão, a qual deverá ser dividida em 12 oficinas por mês, distribuídas em 3 turmas de 10 alunos cada (infantil, adolescentes, adultos). 30 vagas	R\$ 286,67	R\$ 30.960,36		
VALOR TOTALR\$ 51.600,36 (cinquenta e um mil, seiscentos reais e trinta e seis centavos)								